PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATSum 1000441-16.2018.5.02.0401
RECLAMANTE: LUCAS HENRIQUE VIEIRA MATOS
RECLAMADO: AUTO POSTO JARDIM ANHANGUERA LTDA - ME E OUTROS (5)

Edital de Leilão Judicial Unificado

1ª Vara do Trabalho de Praia Grande/SP

Processo nº 1000441-16.2018.5.02.0401

O(A) Juiz(a) do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 01/12/2026, às 11:04 horas, através do portal do(a) leiloeiro(a) Cleber Cardoso Pereira - www.clebercardosoleiloes.com.br serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: LUCAS HENRIQUE VIEIRA MATOS, CPF: 411.003.058-74 , exequente, e AUTO POSTO JARDIM ANHANGUERA LTDA - ME, CNPJ: 10.684.446/0001-36; IVETE KALAES STORTI, CPF: 253.543.188-23; ANIBAL MENEZES DE SOUZA SILVA, CPF: 230.369.098-69; RENATA KALAES STORTI MOREIRA, CPF: 098.032.008-95; PATRICIA KALAES STORTI, CPF: 098.031.998-62; CAMILA KALAES STORTI, CPF: 347.343.978-99, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 26.150 DO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SANTOS/SP, CONTRIBUINTE: 66.003.036.027. DESCRIÇÃO: O apartamento nº 31, localizado no 3º andar tipo SOLAR DAS ACÁCIAS, quarto e último bloco integrante do CONJUNTO JARDIM TROPICAL, à avenida Washington Luiz, 477, contendo dito apartamento living, dois dormitórios, banheiro completo, cozinha, quarto e WC de empregada, área de serviço, abrangendo uma área construída de 111,30 m², inclusive as áreas de uso comum na qual se inclui a garagem coletiva, localizada no pavimento térreo do mesmo solar, confrontando do lado da avenida Washington Luiz, do lado da praia e do lado da cidade, com as áreas descobertas que circundam o solar, do lado da avenida Conselheiro Nébias, parte com o hall de entrada e escadarias do prédio e parte com o apartamento de terminação 2 do mesmo bloco, correspondendo-lhe a parte ideal de terreno equivalente a 2,96300% do todo que se acha descrito na respectiva especificação condominial.

PJe Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 02/10/2026, às 10:48:33 - f92cfad

OBSERVAÇÕES: 1) IMÓVEL OCUPADO. 2) HÁ DÉBITOS DE IPTU: R$ 20.209,55 (Id. 0a5fa2b), 3) HÁ INDISPONIBILIDADES. 4) Conforme despachos do Juízo da Execução (Id. 4612919): "...proceda-se à análise dos débitos tributários junto ao sítio da Prefeitura Municipal de competente, os quais serão transferidos ao arrematante juntamente com a propriedade do imóvel..."; e (Id. 2D2f107): "...Ante o tempo decorrido sem manifestação do(a) síndico(a), reputa-se a inexistência de débitos condominiais, referente ao imóvel de matrícula nº 26.150, do 2º CRI Santos...". 5) Eventuais despesas cartorárias decorrentes do registro da arrematação, inclusive a baixa de eventuais gravames (cancelamento de penhoras e/ou indisponibilidades), poderão ficar a cargo do arrematante, na forma do art. 320-G do Provimento CNJ n° 149/2023, ressalvada eventual decisão do Juízo da Execução em sentido contrário, na forma do art. 320-C do Provimento CNJ n° 149/2023.

Valor Total da Avaliação: R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

Local dos bens: Rua Washington Luiz, 437, Apto. 31, D, Boqueirão, Santos/SP.
Total da avaliação: R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).
Lance mínimo do leilão: 40%.
Leiloeiro(a) Oficial: Cleber Cardoso Pereira.
Comissão do(a) Leiloeiro(a): 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica, nos termos dos artigos 79 e seguintes da Consolidação das Normas da Corregedoria - CNC do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Provimento GP/CR nº 04/2026).

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao(à) leiloeiro(a), por e-mail juridico01@clebercardosoleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão, no entanto, a oferta de lances deverá ser feita diretamente no site do(a) leiloeiro (a).

O(a) arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do(a) leiloeiro(a), calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do(a) leiloeiro(a) será paga diretamente a ele(a) mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o(a) arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em

PJe Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 02/10/2026, às 10:48:33 - f92cfad

percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O(a) arrematante interessado(a) em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do(a) leiloeiro(a), com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte a cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante em até 10 (dez) parcelas mensais, as quais serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo(a) Juiz(a) Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo(a) Juiz(a), ou no caso da sua não apresentação ao(à) Leiloeiro(a) no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para “À VISTA”, nesse caso, o(a) arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o(a) exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do(a) leiloeiro(a) oficial ou de quem este(a) indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o(a) leiloeiro (a) oficial o compromisso de depositário(a) fiel.

PJe Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 02/10/2026, às 10:48:33 - f92cfad

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 02 de outubro de 2026.

MOISES NALBATIAN
Servidor

Documento assinado eletronicamente por MOISES NALBATIAN, em 02/10/2026, às 10:48:33 - f92cfad
https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/26100210462928600000490694509?instancia=1
Número do processo: 1000441-16.2018.5.02.0401
Número do documento: 26100210462928600000490694509